

Entenda o papel do Instituto na de controle do tabaco do Brasil

Você já deve ter ouvido falar que o INCA é responsável pela Secretaria Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ). Mas o que isso significa de fato? Quais são os deveres do Instituto? E qual é o papel da Convenção-Quadro no controle do tabagismo? O *Informe INCA* convidou a médica Tânia Cavalcante, que está à frente dos trabalhos da CONICQ, para esclarecer essas e outras questões.

Negociado por 192 países entre 2000 e 2003, sob os auspícios da Organização Mundial da Saúde (OMS), a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) é o primeiro tratado internacional de saúde pública. Seu objetivo principal é unir esforços para reduzir o tabagismo no mundo e os 5 milhões de mortes anuais tabaco-relacionadas. O Brasil foi eleito para presidir a negociação desse tratado, devido aos resultados do Programa Nacional de Controle do Tabagismo, coordenado pelo INCA.

Naquela ocasião, o Instituto passou a ter também o papel de articular uma comissão, formada por nove ministérios, com o objetivo de subsidiar a delegação brasileira nos posicionamentos que o País deveria defender na negociação da Convenção. "A instituição, que já tinha um papel no controle nacional do tabagismo, assumiu também a responsabilidade de coordenar diferentes áreas do governo, para subsidiar o Brasil frente a esse tratado internacional. Não foi fácil, porque o Brasil é um grande produtor de fumo, e o INCA teve que se esforçar muito para convergir todos os setores do governo para uma posição de saúde pública, e não de comércio", complementa.

Em 2005, com a ratificação da CQCT pelo Congresso Nacional, as ações para o controle do tabagismo no Brasil ganharam *status* de política de Estado. O Programa Nacional de Controle do Tabagismo é incorporado à Política Nacional de Controle do Tabaco, que passa a ser guiada pelos princípios, diretrizes e medidas da Convenção-Quadro. E um decreto presidencial cria a CONICQ, com a função de implementar uma agenda nacional para a internalização da Convenção, que é a base da Política Nacional. "O ministro da Saúde é o presidente da CONICQ, e o INCA responde pela secretaria executiva, o que é importante para alinhar os demais setores do governo aos

objetivos de saúde pública da Convenção", explica Tânia.

Além do Ministério da Saúde, compõem a CONICQ outros 15 setores do Governo Federal, entre ministérios e secretarias, cada um com suas metas e responsabilidades. Por exemplo, o Ministério da Fazenda responde pelo artigo sexto da Convenção, referente à política de impostos e preços dos produtos de tabaco. Já o Ministério do Desenvolvimento Agrário cuida do artigo 17, que se destina ao desenvolvimento de atividades alternativas aos produtores de fumo. "O Brasil é um grande exemplo nesse processo", diz a médica, que horas antes da entrevista participara de uma teleconferência internacional sobre o tema.

Crescem embates com a indústria do fumo

De acordo com Tânia Cavalcante, a Convenção reconhece que a indústria do tabaco é o vetor da epidemia do tabagismo. "Por meio do artigo 5.3 da CQCT, os governos assumem a obrigação de proteger suas políticas de controle do tabaco da interferência da indústria", explica.

A médica ressalta que a CONICQ está enfrentando grandes dificuldades com essa indústria para avançar na regulação dos produtos de tabaco (artigo 9 da CQCT), uma área de responsabilidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Segundo Tânia, o enfrentamento se acirrou a partir de 2010, com a proposta da Anvisa de proibir o uso de aditivos nos cigarros. No momento a Agência está compilando os resultados de uma consulta pública sobre o tema, encerrada no final de março, mas a indústria do tabaco está se mobilizando para impedir que a medida entre em vigor. "Outro exemplo desse embate, no Brasil, são as ações judiciais da indústria do tabaco contra o governo, para



reverter medidas já adotadas, como as advertências com fotos nas embalagens e a lei que proibiu a propaganda de cigarros nos grandes meios de comunicação", acrescenta.

Mas isso não acontece só no Brasil. Recentemente a companhia de tabaco Philip Morris entrou com uma ação contra o governo uruguaio alegando violação de um acordo bilateral de comércio e investimento com a Suíça, onde fica a sede da empresa, por causa de medidas da CQCT adotadas pelo país. Isso fez com que o INCA, que é o coordenador da representação do Brasil na Comissão Inter-governamental para Controle do Tabaco no Mercosul, elaborasse um documento que serviu de base para os ministros da Saúde do bloco comercial assinarem um documento se solidarizando com o governo do Uruguai e assumindo o compromisso de defender suas políticas nacionais de controle do tabaco da interferência da indústria. Esse acordo de ministros foi também levado para a 4ª sessão da Conferência das Partes da CQCT, que aconteceu em novembro de 2010, no Uruguai.

A pressão da indústria do fumo será um dos temas discutidos na reunião de cúpula da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre estratégias para redução das doenças não transmissíveis, das quais o tabagismo é o principal fator de risco isolado. O evento acontece em setembro, em Nova York. "O INCA vem trabalhando com o Ministério da Saúde na construção de um documento que vai subsidiar a presidente Dilma Rousseff nessa reunião", diz Tânia.